Boletim de Legislação

EJEF - escola que forma e informa

Nº 751– 08 de novembro de 2023 **Abrangência: 21/10/2023 a 03/11/2023**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.763	DOU; 31/10/2023	Altera o Decreto nº 11.310, de 26 de dezembro de 2022, para dispor sobre a governança federal da Política Nacional de Segurança de Barragens e o Comitê Interministerial de Segurança de Barragens.	Dec. 11.763 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.701	DOU; 20/10/2023	Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21.3.2007, 4.132, de 10.9.1962, e 6.001, de 19.12.1973.	Lei 14.701 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.705	DOU; 26/10/2023	Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.	Lei 14.705 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.711	DOU; 31/10/2023	Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificados que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20.10.1997, 10.406, de 10.1.2002 (Código Civil), 13.476, de	Lei 14.711 (Site da Presidência da República)

		28.8.2017, 6.015, de 31.12.1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19.12.1979, 13.105, de 16.3.2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10.9.1997, 8.935, de 18.9.1994, 12.249, de 11.6.2010, 14.113, de 25.12.2020, 11.312, de 27.6.2006, 6.404, de 15.12.1976, e 14.382, de 27.6.2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.	
LEI Nº 14.713	DOU; 31/10/2023	Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos.	Lei 14.713 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.715	DOU; 31/10/2023	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.	Lei 14.715 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.717	DOU; 01/11/2023	Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.	Lei 14.717 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.719	DOU; 03/11/2023	Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12.7.2001.	Lei 14.719 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 201	DOU; 24/10/2023	Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23.6.2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13.9.1996 (Lei Kandir), e 192, de 11.3.2022.	Lei Compl. 201 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA			
Tipo/Número	**Publicação/ Edição**	**Ementa/Resumo**	**Acesso ao Texto Integral**
PORTARIA Nº 1.343	DOU; 30/10/2023	Autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Port. 1.343 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA NORMATIVA Nº 1.330	DOU; 27/10/2023	Dispõe sobre as condições gerais para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa no território nacional, nos termos na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 1.182, de 24 de julho de 2023; e regulamenta normas gerais sobre os direitos e as obrigações do apostador, a prevenção à lavagem de dinheiro e outros delitos, o jogo responsável e a manifestação prévia de interesse.	Port. Norm. 1.330 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA NORMATIVA Nº 1.357	DOU; 03/11/2023	Regulamenta a compensação devida pela União aos Estados e Distrito Federal nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), nos termos da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.	Port. Norm. 1.357 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA			
Tipo/Número	**Publicação/ Edição**	**Ementa/Resumo**	**Acesso ao Texto Integral**
PORTARIA Nº 513	DOU; 24/10/2023	Dispõe sobre a padronização do documento de identificação funcional para os policiais penais dos Estados e do Distrito Federal.	Port. 513 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 517	DOU; 26/10/2023	Altera a Portaria MJSP nº 495, de 25 de setembro de 2023, que disciplina o Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023, que estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2 e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.	Port. 517 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 9	DOU; 26/10/2023	Aprova o Aviso de Privacidade do sítio eletrônico da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.	Res. 9 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 157	DOU; 27/10/2023	Dispõe sobre a concessão do auxílio indenizatório previsto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Instr. Normativa 157 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 38	DOU; 01/11/2023	Alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária.	Port. Conj. 38 (Site da Imprensa Nacional)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL/DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.173	DOU; 12/10/2023	Disciplina sobre o fluxo do protocolo de Análise Documental do Benefício por Incapacidade Temporária - Atestmed nas Agências da Previdência Social - APS.	Port. 1.173 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
SÚMULA VINCULANTE Nº 59	DJE/STF; 27/10/2024	É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, alínea c, e do art. 44, ambos do Código Penal.	Súm. Vinculante 59 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	**Publicação/ Edição**	**Ementa/Resumo**	**Acesso ao Texto Integral**
PORTARIA Nº 285	DJE/CNJ; 03/11/2023	Aprova o Regimento Interno do Fórum Nacional para monitoramento e solução das demandas atinentes à exploração do trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de pessoas (Fontet), instituído pela Resolução CNJ n.212/2015.	Port. 285 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 308	DJE/CNJ; 30/10/2023	Altera a Portaria CNJ nº 69/2017, que aprimora o Mês Nacional do Júri, esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.	Port. 308 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 316	DJE/CNJ; 03/11/2023	Disciplina as práticas de gestão de identidade e controle de acesso ao sistema de Controle de Acessos (SCA) Corporativo do Conselho Nacional de Justiça.	Port. 316 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 527	DJE/CNJ; 03/11/2023	Disciplina o procedimento de cadastramento de conta única para efeito de constrição de ativos por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) e dá outras providências.	Res. 527 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 528	DJE/CNJ; 23/10/2023	Garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público.	Res. 528 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA			
Tipo/Número	**Publicação/ Edição**	**Ementa/Resumo**	**Acesso ao Texto Integral**
DECRETO Nº 48.716	Minas Gerais; 01/11/2023	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 48.716 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.532	Minas Gerais; 24/10/2023	Dispõe sobre a expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea.	Lei 24.532 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.534	Minas Gerais; 24/10/2023	Acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que contém normas de execução penal.	Lei 24.534 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.535	Minas Gerais; 24/10/2023	Dispõe sobre a divulgação pelo Estado da relação das pessoas físicas ou jurídicas incluídas no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo.	Lei 24.535 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.536	Minas Gerais; 25/10/2023	Acrescenta artigos à Lei nº 21.733, de 29 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública.	Lei 24.536 (Site da ALMG)

LEI Nº 24.545	Minas Gerais; 01/11/2023	Altera a Lei nº 21.963, de 7 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a realização obrigatória da cirurgia plástica reconstrutiva de mama pelas unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – na situação que menciona.	Lei 24.545 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.546	Minas Gerais; 01/11/2023	Acrescenta dispositivos à Lei nº 23.366, de 25 de julho de 2019, que institui a política de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação, e à Lei nº 16.683, de 10 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o desenvolvimento das ações de psicologia e de serviço social na rede estadual de ensino.	Lei 24.546 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.547	Minas Gerais; 01/11/2023	Altera a Lei nº 13.641, de 13 de julho de 2000, que estabelece normas básicas para a realização do censo do portador de deficiência e dá outras providências.	Lei 24.547 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 18.482	D.O.M.; 24/10/2023	Altera o Decreto nº 14.060, de 6 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.616/03, que "contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte" e dá outras providências.	Dec. 18.482 (Site da PBH)
DECRETO Nº 18.484	D.O.M.; 26/10/2023	Regulamenta o direito de preferência para aquisição de imóveis de propriedade do Município, na hipótese de alienação prevista no art. 2º-A da Lei nº 9.814, de 18 de janeiro de 2010, e dá outras providências.	Dec. 18.484 (Site da PBH)
LEI Nº 11.603	D.O.M.; 26/10/2023	Institui a Parcela Complementar do Piso da Enfermagem e dá outras providências.	Lei 11.603 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 134	DJE; 26/10/2023	Avisa sobre os procedimentos a serem adotados para a autenticação unificada do sistema Processo Judicial eletrônico – Pje na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br.	Aviso 134 (Site do TJMG)
AVISO Nº 135	DJE; 30/10/2023 e 31/10/2023 *(Republicação)*	Avisa sobre a abertura de inscrição para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	Aviso 135 (Site do TJMG)

AVISO CONJUNTO Nº 105	DJE; 23/10/2023 *(Republicação)*	Avisa sobre a expansão do sistema Processo Judicial eletrônico - PJe, para todas as comarcas do Estado de Minas Gerais, quanto às ações decorrentes de atos infracionais cometidos por adolescentes e os respectivos incidentes processuais e as ações conexas.	Aviso Conj. 105 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 106	DJE; 27/10/2023	Avisa sobre a possibilidade de juízes de direito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais participarem, nos meses de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024, de ações coordenadas de cooperação na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Precatórias Criminais da Comarca de Uberlândia, para realização de audiências de instrução e julgamento em processos criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher e prolação de sentenças nos feitos instruídos.	Aviso Conj. 106 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 107	DJE; 31/10/2023	Avisa sobre a reabertura de inscrições para o Núcleo de Justiça 4.0 - Criminal Especializado, nos termos do Aviso Conjunto da Presidência nº 74, de 23 de setembro 2022.	Aviso Conj. 107 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.353	DJE; 23/10/2023	Altera a Portaria da Presidência nº 5.758, de 19 de agosto de 2022, que "Designa integrantes do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais".	Port. 6.353 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.354	DJE; 24/10/2023	Dispõe sobre a criação e alteração de siglas das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça.	Port. 6.354 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.355	DJE; 24/10/2023	Designa Juízas Coordenadoras do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Abaeté.	Port. 6.355 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.356	DJE; 24/10/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Bonfinópolis de Minas	Port. 6.356 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.357	DJE; 24/10/2023 e 31/10/2023 *(Republicação)*	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Monte Azul.	Port. 6.357 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.358	DJE; 24/10/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Morada Nova de Minas.	Port. 6.358 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.359	DJE; 26/10/2023	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.359 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.360	DJE; 27/10/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pirapora.	Port. 6.360 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.361	DJE; 27/10/2023	Dispensa juíza leiga de sua função e designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.361 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.362	DJE; 30/10/2023	Dispensa juíza leiga de sua função em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.362 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.363	DJE; 31/10/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Bonfinópolis de Minas	Port. 6.363 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.364	DJE; 31/10/2023	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Várzea da Palma.	Port. 6.364 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.365	DJE; 31/10/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Senador Firmino.	Port. 6.365 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 44	DJE; 30/10/2023	Dispõe sobre a distribuição de Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 44 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.503	DJE; 02/11/2023	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos dias que antecedem e sucedem aos feriados do "Dia do Servidor Público" e do "Dia de Finados" no ano de 2023.	Port. Conj. 1.503 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.056	DJE; 23/10/2023	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 938, de 2 de setembro de 2020, que "Dispõe sobre licença-maternidade e licença paternidade de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais".	Res. 1.056 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.057	DJE; 23/10/2023	Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Res. 1.057 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.806	DJE; 25/10/2023	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Unaí.	Port. 7.806 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.807	DJE; 25/10/2023	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Manhuaçu para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 7.807 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.808 (EXTRATO)	DJE; 25/10/2023	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	Port. 7.808 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.809	DJE; 25/10/2023	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Alpinópolis para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 7.809 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.810	DJE; 26/10/2023	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nas 1ª e 3ª Varas de Fazenda Pública e Autarquias, 4ª Vara de Família e Sucessões e na 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Uberlândia, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.810 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.811	DJE; 30/10/2023	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Monte Carmelo e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.056, de 22 de fevereiro de 2022.	Port. 7.811 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.812	DJE; 25/10/2023	Disciplina a suspensão do atendimento externo e dos prazos processuais no âmbito das Varas Cíveis da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	Port. 7.812 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.813 (EXTRATO)	DJE; 27/10/2023	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	Port. 7.813 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.814	DJE; 26/10/2023	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial no Tribunal do Júri - Sumariante da Comarca de Belo Horizonte para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.814 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.815	DJE; 27/10/2023	Determina a realização de Inspeção Técnica na Vara de Execuções Penais, de Precatórias Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Ipatinga, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.815 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.816 (EXTRATO)	DJE; 30/10/2023	Instaura Procedimento de Investigação Criminal e designa Comissão de Investigação.	Port. 7.816 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.817	DJE; 30/10/2023	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de São Francisco.	Port. 7.817 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.818	DJE; 31/10/2023	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Cataguases e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.049, de 2 de fevereiro de 2022.	Port. 7.818 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1	DJE; 24/10/2023	Recomenda aos juízes e juízas de direito e aos órgãos judiciais colegiados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a observância dos valores previstos na vigente Tabela de Honorários Advocatícios da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais - OAB/MG como limite máximo ao arbitramento de honorários aos advogados dativos, inclusive àqueles nomeados como defensores "ad hoc" ou curadores especiais.	Recom. Conj. 1 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 2	DJE; 27/10/2023	Recomenda a priorização do andamento e do julgamento dos processos e dos procedimentos que tenham como objeto a efetivação e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, em especial idosos e pessoas com deficiência, bem como a adoção de medidas para superação da situação de vulnerabilidade social extrema e a responsabilização civil, criminal e administrativa dos violadores dos direitos das pessoas em situação de rua, e dá outras providências.	Recom. Conj. 2 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.